

Dossiê da PF é biografia equivocada de FHC

Investigação era para permitir que Ministério da Justiça cassasse seus direitos políticos

BRASÍLIA – O Dossiê 65.022 da Polícia Federal é uma biografia equivocada e preconceituosa do professor da USP (aposentado pelo AI-5) Fernando Henrique Cardoso. O pretexto da investigação é analisar os efeitos maléficos do livro *Autoritarismo e Democratização*, publicado em 1975 pelo futuro presidente da República. Por causa desse texto, a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça trabalhou para cassar seus direitos políticos e proibi-lo de “frequentar estabelecimentos de ensino, dependências de agremiação política, auditórios, empresas jornalísticas etc, etc, etc”. O então ministro da Justiça, Armando Falcão, considerou a sério a proposta, revelam os arquivos secretos do Ministério.

Depois de checar sua ficha e examinar o conteúdo do livro, os arapongas do DSI deram o veredito, na linguagem policial em voga: “Pelo seu vasto prontuário, constatamos ser o epígrafa do comprometido com elementos comunistas”. Além de pedir a suspensão de seus direitos políticos, o DSI sugeriu que ele fosse enquadrado na Lei de Segurança Nacional. O processo quase impediu que ele entrasse na carreira política, em 1978, como candidato ao Senado pelo MDB. O problema foi contornado pelo advogado José Gregori, hoje secretário Nacional de Direitos Humanos, que obteve o registro da candidatura contando, ele diz, com um pouco de sorte.

A análise do livro feita pelos agentes do DSI é uma espécie de manual da caça às bruxas feita sobre a cultura do País durante o regime militar. Na primeira linha de sua crítica, o agente dispara: “Fernando Henrique Cardoso faz doutrinação comunista, de massificação.” Logo adiante, mais uma sentença: “Deixa reiteradamente clara sua bitolagem aos dogmas marxistas, manipulando fatos históricos na suposta evidência de que a acumulação do capital se faz através da mais-valia, pela compressão dos salários.”

“Alcorão marxista” – A crítica-relatório segue nas suas acusações. “À página 37, faz perguntas capciosas, que induzem a subserviência do atual governo às empresas multinacionais”. “Falando do conceito de “classe” (certamente a que qualifica de burguesa, segundo o alcorão marxista), diz ele: por certo, para algumas análises baseadas neste paradigma de marxismo estático, existem as contradições.”

O crítico do DSI chega a sugere-

rir que Fernando Henrique estaria pregando o uso da violência em seu livro. “A guiza de esclarecimento do dogma marxista, à luz das classes e cidades no curso dos tempos, FHC chega ao objetivo principal de sua obra, que é a de instigar a violência como fórmula de solucionar a problemática marxista, visando à alteração das estruturas sociais... FHC não somente sugere, mas explicitamente aprova a violência.”

“Súdito de Moscou” – No fim do relatório, o agente do DSI perde a paciência com sua “missão” e encerra a crítica com mão pesada: “Seria longo continuar citando, ainda que laconicamente, trechos da arenga desse fiel súdito de Moscou e Cuba.” De posse do relatório sobre o livro, o ministro Armando Falcão enviou o material para Jesuan de Paula Xavier, delegado da Polícia Federal à disposição do gabinete do Ministério. No dia 9 de setembro de 1975, na Informação 579/75 da DSI, o delegado também recomenda dura punição.

“Em se tratando de um professor de sociologia, já aposentado com base no Ato Institucional nº 5, cujo “vasto prontuário” o dá como comprometido com elementos comunistas —, quer nos

parecer que a dose do remédio revolucionário aplicado tenha sido insuficiente, necessitando se lhe dispense outro tratamento, com a aplicação de nova sanção excepcional”, escreve Jesuan, recomen-

dando que Fernando Henrique fosse praticamente proibido de fazer palestras ou frequentá-las. Jesuan sugeriu ainda que todos os exemplares do livro “Autoritarismo e democratização” fossem apreendidos.

Sem rodeios – A partir daí, a vida de Fernando Henrique é revirada, atrás de informações que comprovassem seu envolvimento com grupos subversivos. Um dossiê do Centro de Informações da Polícia Federal, de 19 de setembro de 1975, dá seu parecer sem rodeios: “Este Centro informa que Fernando Henrique Cardoso, comunista, era professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.” Depois disso, os agentes da repressão passam meses trocando memorandos e relatórios confidenciais, esmiuçando as atividades de Fernando Henrique e analisando o que fazer com o seu livro.

Depois de passear pelas mesas do Ministério da Justiça durante um longo período, o governo chegou à conclusão de que o mal provocado por Fernando Henrique não era tão grande assim. No dia 8 de maio de 1978, Walter Costa Porto, chefe do gabinete do ministro Armando Falcão decide arquivar todo o processo. (E.L. e M.M.)

PROCESSO QUASE IMPEDIU CARREIRA POLÍTICA